Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ANALISTA LEGISLATIVO - JORNALISMO

EDITAL Nº 1 – CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANALISTA LEGISLATIVO, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026

CÓD: OP-042OT-26
7901204404522

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados 11
2. Reconhecimento de tipos e gêneros textuais 12
3. Domínio da ortografia 13
4. Domínio dos mecanismos de coesão textual 14
5. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual 15
6. Emprego de tempos e modos verbais 15
7. Domínio da estrutura morfossintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto 18
8. Emprego das classes de palavras 24
9. Emprego dos sinais de pontuação 31
10. Concordância verbal e nominal 32
11. Regência verbal e nominal 34
12. Emprego do sinal indicativo de crase 35
13. Colocação dos pronomes átonos 36
14. Reescrita de frases e parágrafos do texto; Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade 37
15. Significação das palavras 38
16. Substituição de palavras ou de trechos de texto 39

Língua Inglesa

1. Compreensão de textos variados: domínio do vocabulário e da estrutura da língua, ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas, relações intratextuais e intertextuais 49
2. Itens gramaticais relevantes para compreensão de conteúdos semânticos 52
3. Conhecimento e uso das formas contemporâneas da linguagem inglesa 53

Noções de Direito Administrativo e Administração Pública

1. Estado, Governo E Administração Pública: Conceito, Elementos, Poderes E Organização Do Estado; Princípios Constitucionais E Doutrinários Da Administração Pública 57
2. Organização Administrativa: Administração Direta E Indireta; Centralização, Descentralização, Concentração E Desconcentração 59
3. Ato Administrativo; Conceito, Requisitos, Atributos, Classificação E Espécies, Extinção, Nulidades E Revogação; Parecer: Responsabilidade Do Emissor Do Parecer 63
4. Agentes Públicos; Disposições Constitucionais Aplicáveis; Cargo, Emprego E Função Pública; Requisição; Regime Jurídico Dos Servidores Públicos Federais (Lei 8.112/1990 E Suas Alterações) 67
5. Direito Administrativo Disciplinar; Fontes E Princípios; Ilícito De Direito Administrativo Disciplinar; Procedimentos Disciplinares Da Administração Pública 96
6. Processo Administrativo Federal (Lei Nº 9.784/1999 E Suas Alterações) 102
7. Poderes Administrativo; Discricionário, Hierárquico, Disciplinar, Regulamentar E De Polícia; Uso E Abuso Do Poder 108

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

8. Responsabilidade Civil Do Estado; Responsabilidade Civil Do Estado No Direito Brasileiro; Responsabilidade Por Ato Comissivo Do Estado; Responsabilidade Por Omissão Do Estado; Requisitos Para A Demonstração Da Responsabilidade Do Estado; Causas Excludentes E Atenuantes Da Responsabilidade Do Estado 110
9. Improbidade Administrativa (Lei Nº 8.429/1992 E Suas Alterações) 113
10. Evolução Dos Modelos De Gestão Pública: Patrimonialismo, Administração Burocrática E Nova Gestão Pública (New Public Management); Nova Governança Pública (New Public Governance): Conceito, Fundamentos E Evolução; Ação Pública Em Redes De Cooperação, Articulação Interinstitucional E Parcerias Com O Setor Privado E Terceiro Setor; Coprodução Do Bem Público, Participação Cidadã E Transparência Ativa; Valor Público, Cadeia De Valor Público 125
11. Governança Na Administração Pública; Governança Pública: Conceito, Distinção Entre Governança E Governabilidade E Alinhamento Estratégico; Mecanismos De Governança: Liderança, Estratégia E Controle; Conceito De Valor Público: Geração De Valor Para A Sociedade, Entrega De Resultados, Sustentabilidade E Avaliação De Impactos De Políticas Públicas 129
12. Decreto Federal Nº 9.203/2017 E Suas Alterações (Política De Governança Da Administração Pública Federal Direta, Autárquica E Fundacional) 133
13. Noções De Licitações E Contratos (Lei Nº 14.133/2021 E Suas Alterações); Licitação Pública: Conceito, Princípios, Finalidade Do Procedimento Licitatório, Modalidades, Dispensa E Inexigibilidade De Licitação; Contratos Administrativos; Características Do Contrato Administrativo; Formalização, Gestão E Fiscalização Do Contrato; Planejamento E Fiscalização Contratual; Papel Do Fiscalizador Do Contrato; Estudo Técnico Preliminar E Termo De Referência 136
14. Lei De Acesso À Informação (Lei Nº 12.527/2011 E Suas Alterações) 184
15. Lei Geral De Proteção De Dados Pessoais (Lei Nº 13.709/2018 E Suas Alterações) 191

Noções de Direito Constitucional e de Regimento Interno da Câmara dos Deputados

1. Constituição Federal De 1988: Conceito, Contexto Histórico, Características, Estrutura Do Texto 207
2. Princípios Fundamentais 209
3. Direitos E Garantias Fundamentais: Direitos E Deveres Individuais E Coletivos, Direitos Sociais, Nacionalidade, Direitos Políticos E Partidos Políticos 214
4. Organização Do Estado: Organização Políticoadministrativa, União, Estados, Municípios, Distrito Federal E Territórios. Intervenção Federal 224
5. Administração Pública: Disposições Gerais, Servidores Públicos Civis E Militares 232
6. Poder Legislativo: O Congresso Nacional E Suas Casas (Atribuições, Competências, Reuniões E Comissões) 238
7. Regime Jurídico Constitucional Dos Parlamentares 245
8. Regimento Interno Da Câmara Dos Deputados; Disposições Preliminares E Órgãos Da Câmara (Arts. 1º A 24 E Suas Alterações); Sessões Da Câmara (Arts. 65 A 94 E Suas Alterações); Deputados (Arts. 226 A 251 E Suas Alterações); Administração E Economia Interna (Arts. 262 A 273 E Suas Alterações) 250
9. Regimento Comum Do Congresso Nacional; Título I; Título Iv, Capítulo Ii E Capítulo Iii (Até Art. 103) 274

Tecnologia da Informação e Dados

1. Msoffice 365 (Word, Excel, Powerpoint E Onedrive) 279
2. Redes De Computadores; Conceitos Básicos, Ferramentas, Aplicativos E Procedimentos De Internet E Intranet 305
3. Ferramentas De Comunicação E Colaboração: Correio Eletrônico (Webmail, Cliente De E-Mail), Aplicativos De Comunicação (Microsoft Teams, Google Meet) 314
4. Conceitos Gerais De Segurança E Governança Digital; Segurança Da Informação: Procedimentos De Cópia De Segurança (Backup), Noções De Vírus, Worms E Pragas Virtuais; Programas De Proteção (Antivírus, Firewall, Antispyware); Ameaças Digitais (Phishing, Pharming) 320

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

5. Conceitos Básicos De Inteligência Artificial; Engenharia De Prompts; Aprendizado Supervisionado, Não Supervisionado E Por Reforço 333
6. Ia Generativa: Conceitos, Exemplos E Casos De Uso 337
7. Ética E Responsabilidade Digital No Serviço Público 341
8. Dados: Conceitos, Atributos, Métricas, Transformação De Dados 345
9. Visualização De Dados: Princípios De Visualização De Dados; Tipos De Gráficos (Histograma, Linha, Barra, Dispersão, Box Plot); Ferramentas De Visualização De Dados (Power Bi, Tableau E Data Studio); Storytelling Para Visualização De Dados 348

Comunicação Social

1. Teorias Da Comunicação. Escolas, Paradigmas, Correntes, Modelos, Principais Pensadores. Comunicação E Opinião Pública. Midiatização E Plataformização. Desinformação E Integridade Da Informação 355
2. Comunicação Interna. Conceito, Funções E Objetivos Da Comunicação Interna. Ferramentas E Canais De Comunicação Interna (Intranet, Veículos Impressos/Digitais, Jornais Murais, Newsletters, Eventos) 359
3. Endomarketing: Conceitos E Estratégias De Engajamento 362
4. Comunicação E Cultura Organizacional. Gestão Do Clima Organizacional Por Meio Da Comunicação 365
5. Comunicação Institucional. Conceito E Objetivos Da Comunicação Institucional. Gestão Da Imagem, Identidade E Reputação Corporativa/Institucional. Gerenciamento De Crises. 3.4 Técnicas E Ferramentas De Gerenciamento De Crises 369
6. Comunicação Organizacional. Conceito, Objetivos E Dimensões Da Comunicação Organizacional 372
7. O Composto Da Comunicação Integrada (Comunicação Institucional, Mercadológica, Interna E Administrativa). Planejamento Estratégico De Comunicação. Fluxos Comunicativos (Descendentes, Ascendentes, Horizontais E Transversais) 376
8. Comunicação Formal E Informal Nas Organizações. Definição De Públicos-Alvo: Pesquisa, Segmentação, Canais De Interação. Definição De Indicadores De Resultados Em Comunicação. Plano De Comunicação 379
9. Gestão De Projetos De Comunicação 382
10. Redes Sociais Digitais Oficiais. Planejamento E Produção De Conteúdo. Postagens E Colaborações. Características Das Principais Plataformas De Mídias Sociais: Diferenças De Públicos, Linguagem, Formatos (4:5, 3:4, 9:16) E Conteúdos (Cards, Carrossel, Vídeos, Stories, Lives). Elementos Fundamentais De Publicações Em Redes Sociais: Capa, Legenda, Marcação, Palavras-Chave, Call To Action 386
11. Transparência Pública 389
12. Comunicação Pública. Conceitos, Fundamentos E Especificidades Da Comunicação Pública. Comunicação Pública Versus Comunicação Governamental E Comunicação Político Partidária 390
13. Políticas De Comunicação. 8.1 Política De Comunicação Da Câmara Dos Deputados (Ato Da Mesa Nº 218/2025) 394
14. Manual De Comunicação Da Câmara Dos Deputados 397
15. Inteligência Artificial Na Comunicação. Aplicações Da Ia Na Comunicação. Ética No Uso De Ia Na Comunicação 397
16. Linguagem Simples E Usabilidade. Manual De Linguagem Simples Da Câmara Dos Deputados. Conceito E Técnicas De Usabilidade 400
17. Princípios Constitucionais Da Administração Pública Aplicados À Comunicação (Art. 37, § 1º Da Cf/88) 403

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Jornalismo

1. Jornalismo. História E Conceitos Do Jornalismo. Teorias Do Jornalismo. Gêneros Jornalísticos: Notícia, Reportagem, Entrevista, Editorial, Crônica, Coluna. Critérios De Noticiabilidade. Pauta E Produção. Apuração, Pesquisa E Checagem. Técnicas De Entrevista. Reportagem. Redação Jornalística: Lide, Sublide, Pirâmide Invertida, Título, Redação Para Ambientes Digitais. Uso De Fotos, Ilustrações E Infografia No Jornalismo. Edição Textual E Revisão 411
2. Projeto Editorial: Definição De Objetivos, Público-Alvo, Linha Editorial, Identidade, Estratégia De Distribuição, Indicadores E Avaliação 415
3. Narrativas Audiovisuais: Relação Entre Texto, Áudio E Imagem 418
4. Produção De Conteúdo Para Rádio. Reportagem E Redação Em Rádio. Roteirização, Edição, Podcasts, Transmissões Ao Vivo, Entrevistas, Mesasredondas. Programação De Rádio 422
5. Produção De Conteúdo Para Televisão. Reportagem, Redação E Edição Em Tv. Preparação De Scripts, Transmissões Ao Vivo, Programas De Entrevistas E Debates. Programação De Tv 425
6. Assessoria De Imprensa. Planejamento De Assessoria De Imprensa. Relacionamento Com A Mídia. Redação Em Assessoria De Imprensa: Release, Sugestão De Pauta, Press-Kit, Notícia Institucional, Nota Oficial. Instrumentos: Organização De Entrevistas Coletivas, Entrevistas Exclusivas, Distribuição De Sugestões De Pauta, Follow-Up. Media Training. Monitoramento E Análise De Mídia 428
7. Ética E Legislação. Ética Em Jornalismo. A Questão Da Imparcialidade E Da Objetividade 432
8. História Da Imprensa, Do Rádio E Da Televisão No Brasil. Radiodifusão Pública No Brasil E No Mundo. Tendências Em Radiodifusão: Rádio Híbrido E Tv 3.0 436
9. Gestão Em Jornalismo. Gestão De Equipes Jornalísticas. Gestão De Audiência: Instrumentos De Pesquisa De Audiência Em Rádio, Tv, Internet E Redes Sociais; Técnicas De Relacionamento Com Audiências. Gestão De Redes De Parceiros Em Rádio E Televisão 439
10. Legislação Profissional De Jornalismo: Regulamentação E Desregulamentação 443
11. Código De Ética Do Jornalista 445
12. Código De Ética Da Radiodifusão Brasileira 447

Processo Legislativo e Regimento Interno

1. Procedimento Legislativo. Tipos De Procedimento, Ordinário, Abreviado, Sumário, Sumaríssimo, Especial E Concentrado. Etapas E Noções Básicas. Comissões, Pareceres, Deliberação, Votação, Sanção E Veto 453
2. Matérias Legislativas. Projeto De Lei Ordinária, Complementar E Delegada. Medida Provisória. Projeto De Decreto Legislativo E Projeto De Resolução. Proposta De Emenda À Constituição (Pec). Indicações, Pareceres, Requerimentos E Vetos 457
3. Iniciativa Legislativa: Presidência Da República, Congresso Nacional, Tribunais E Cidadãos 460
4. Fiscalização Contábil, Financeira E Orçamentária 464
5. Processo Legislativo Orçamentário 468
6. Plano Plurianual (Ppa). Lei De Diretrizes Orçamentárias (Ldo). Lei Orçamentária Anual (Loa). As Interfaces Entre Ldo, Loa; Elaboração E Aprovação Das Leis De Matéria Orçamentária. Proposta Orçamentária E Sua Integração Com Ppa E Ldo. Execução Financeira E Créditos 472
7. Lei Nº 4.320/1964 E Suas Alterações 477
8. Lei Complementar Nº 101/2000 E Suas Alterações (Lei De Responsabilidade Fiscal) 487
9. Regimento Interno Da Câmara Dos Deputados. Resolução Nº 17/1989 – Cd E Suas Alterações 504
10. Regimento Comum Do Congresso Nacional. Resolução Nº 1/1970 – Cn E Suas Alterações 558
11. Resolução Nº 3/1990 – Cn 567
12. Resolução Nº 1/2002 – Cn 568
13. Código De Ética E Decoro Parlamentar Da Câmara Dos Deputados 570

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Ciência Política

1. Ciência Política 579
2. Teoria Política 580
3. Regimes Políticos 582
4. Sistemas E Formas De Governo 583
5. Representação Política 585
6. Poderes E Relações Entre Poderes: Executivo, Legislativo E Judiciário 588
7. Sistemas Eleitorais 600
8. Teoria Dos Partidos Políticos 602
9. Organização Política Brasileira 604
10. Política Internacional Contemporânea 607
11. Teoria Do Estado E Formação Dos Estados Nacionais 616
12. Formação Do Estado Brasileiro 619
13. História Do Voto E Dos Partidos No Brasil 622

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

▸ Definição Geral

Embora correlacionados, compreensão e interpretação são processos distintos. A compreensão refere-se ao entendimento das informações explícitas do texto, enquanto a interpretação envolve a elaboração de conclusões fundamentadas a partir dessas informações.

Exemplificando, quando uma avaliação exige a compreensão de uma questão, a resposta encontra-se explicitamente no texto. Já a interpretação ocorre quando o leitor, a partir das informações textuais, elabora conclusões logicamente fundamentadas.

▸ Compreensão de Textos

A compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. Compreender um texto é assimilar intelectualmente sua mensagem, identificando com precisão as informações explícitas nele contidas.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

▸ Interpretação de Textos

É o entendimento que resulta da associação entre as ideias do texto, permitindo ao leitor inferir sentidos implícitos, sem ultrapassar os limites estabelecidos pelo próprio texto. Resumidamente, interpretar é atribuir sentido ao texto por meio de inferências e da relação entre suas ideias, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos apresentados.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Interpretação de texto é a habilidade de inferir informações implícitas, estabelecer relações entre ideias e compreender sentidos não expressos literalmente, sempre com base nos elementos linguísticos e discursivos do texto.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



"A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas."

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa ***incorreta***.

(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) *"Educação para todos"* inclui também os deficientes.

Resolução:

Em "A" – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em "B" – Certo: o complemento "mais ou menos severas" se refere à "deficiências de toda ordem", não às leis.

Em "C" – Errado: o advérbio "também", nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em "D" – Errado: além de mencionar "deficiências de toda ordem", o texto destaca que podem ser "permanentes ou temporárias".

Em "E" – Errado: a alternativa apenas retoma a ideia central do texto, sem apresentar qualquer informação incorreta, motivo pelo qual não atende ao comando da questão

Resposta: Letra B.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS

A classificação de textos em tipos e gêneros é essencial para compreendermos sua estrutura linguística, função social e finalidade. Antes de tudo, é crucial discernir a distinção entre essas duas categorias.

- **Tipos textuais**

A tipologia textual se classifica a partir da estrutura e da finalidade do texto, ou seja, está relacionada ao modo como o texto se apresenta. A partir de sua função, é possível estabelecer um padrão específico para se fazer a enunciação.

Veja, no quadro abaixo, os principais tipos e suas características:

TEXTO NARRATIVO	Apresenta um enredo, com ações e relações entre personagens, que ocorre em determinados espaço e tempo. É contado por um narrador, e se estrutura da seguinte maneira: apresentação > desenvolvimento > clímax > desfecho
TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO	Tem o objetivo de defender determinado ponto de vista, persuadindo o leitor a partir do uso de argumentos sólidos. Sua estrutura comum é: introdução > desenvolvimento > conclusão.
TEXTO EXPOSITIVO	Procura expor ideias, sem a necessidade de defender algum ponto de vista. Para isso, usa-se comparações, informações, definições, conceitualizações etc. A estrutura segue a do texto dissertativo-argumentativo.
TEXTO DESCRITIVO	Expõe acontecimentos, lugares, pessoas, de modo que sua finalidade é descrever, ou seja, caracterizar algo ou alguém. Com isso, é um texto rico em adjetivos e em verbos de ligação.
TEXTO INJUNTIVO	Oferece instruções, com o objetivo de orientar o leitor. Sua maior característica são os verbos no modo imperativo.

- **Gêneros textuais**

A classificação dos gêneros textuais se dá a partir do reconhecimento de certos padrões estruturais que se constituem a partir da função social do texto. No entanto, sua estrutura e seu estilo não são tão limitados e definidos como ocorre na tipologia textual, podendo se apresentar com uma grande diversidade. Além disso, o padrão também pode sofrer modificações ao longo do tempo, assim como a própria língua e a comunicação, no geral.

Alguns exemplos de gêneros textuais:

- Artigo;
- Bilhete;
- Bula;
- Carta;
- Conto;
- Crônica;
- E-mail;
- Lista;
- Manual;
- Notícia;
- Poema;
- Propaganda;
- Receita culinária;
- Resenha;
- Seminário.

Vale lembrar que é comum enquadrar os gêneros textuais em determinados tipos textuais. No entanto, nada impede que um texto literário seja feito com a estruturação de uma receita culinária, por exemplo. Então, fique atento quanto às características, à finalidade e à função social de cada texto analisado.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

LÍNGUA INGLESA

COMPREENSÃO DE TEXTOS VARIADOS: DOMÍNIO DO VOCABULÁRIO E DA ESTRUTURA DA LÍNGUA, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS, EXPLÍCITAS E IMPLÍCITAS, RELAÇÕES INTRATEXTUAIS E INTERTEXTUAIS

A compreensão e interpretação de textos em língua inglesa vão muito além da simples tradução de palavras. Esse processo envolve a capacidade de entender o significado global do texto, reconhecer relações entre suas partes e identificar como ele dialoga com outros textos e contextos. Para que isso ocorra de forma eficiente, é fundamental desenvolver tanto o domínio do vocabulário e da estrutura da língua quanto a habilidade de perceber relações intratextuais e intertextuais.

O processo de leitura em inglês requer não apenas o reconhecimento de palavras isoladas, mas a capacidade de entender como essas palavras se organizam para construir significados complexos. Além disso, é essencial que o leitor consiga identificar relações internas no texto, como a coesão entre parágrafos e a progressão de ideias, bem como conexões externas, que envolvem referências a outros textos, contextos históricos, culturais ou literários.

A seguir, o tema será explorado em três partes: o domínio do vocabulário e da estrutura da língua, as relações intratextuais e a intertextualidade no processo de leitura.

Domínio do vocabulário e da estrutura da língua

O primeiro passo para uma compreensão eficaz de textos em inglês é o domínio do vocabulário. O vocabulário pode ser dividido em dois tipos principais:

- **Active vocabulary (vocabulário ativo)**: composto por palavras que o leitor é capaz de usar em sua própria produção oral e escrita.
- **Passive vocabulary (vocabulário passivo)**: formado por palavras que o leitor reconhece e compreende quando encontra em um texto, mas que pode não usar com frequência em suas próprias falas ou escritas.

Para interpretar textos com precisão, é necessário ampliar o vocabulário passivo, pois ele representa uma grande parte das palavras encontradas em leituras acadêmicas, jornalísticas, literárias e técnicas. Estratégias como a leitura regular de diferentes tipos de textos, o uso de flashcards, a prática de contextos de uso e o estudo de sinônimos e antônimos ajudam a expandir esse repertório.

Além do vocabulário isolado, é fundamental compreender o uso de expressões idiomáticas (idiomatic expressions), phrasal verbs, collocations (combinações de palavras que ocorrem naturalmente) e false cognates (falsos cognatos), que podem levar a interpretações equivocadas se não forem bem conhecidos. Por exemplo, o termo "actually" em inglês significa "na verdade" e não "atualmente", o que é um erro comum entre estudantes de inglês.

O domínio da estrutura da língua (grammar structures) também é essencial. Isso inclui o conhecimento de tempos verbais (verb tenses), vozes ativa e passiva (active and passive voice), uso de modais (modal verbs), estruturas condicionais (conditional sentences) e conjunções (conjunctions) que conectam ideias. A compreensão da gramática permite que o leitor identifique o papel de cada elemento no texto, facilitando a interpretação de informações implícitas e explícitas.

Por exemplo, ao ler a frase "If I had known about the meeting, I would have attended," o leitor deve reconhecer que se trata de uma third conditional sentence, que expressa uma situação hipotética no passado, indicando que o falante não sabia da reunião e, portanto, não compareceu. Esse entendimento é crucial para interpretar o significado além das palavras individuais.

O conhecimento gramatical também contribui para a identificação de referências anafóricas e catafóricas (quando um pronome ou termo faz referência a algo já mencionado ou que será mencionado no texto), o que é fundamental para manter a coesão e entender como as ideias se relacionam.

Assim, o domínio do vocabulário e da estrutura gramatical da língua inglesa é o alicerce para uma leitura eficiente, permitindo que o leitor vá além da decodificação de palavras para compreender o significado completo do texto.

Relações intratextuais: coesão e coerência no texto

As relações intratextuais referem-se à maneira como as ideias e informações estão conectadas dentro do próprio texto. Isso envolve mecanismos de coesão e coerência, que garantem a fluidez da leitura e a clareza das ideias.

A coesão textual é construída por meio de elementos linguísticos que criam ligações entre frases, parágrafos e seções do texto. Os principais recursos de coesão incluem:

- **Conjunctions and linking words (conjunções e palavras de ligação)**: termos como "however," "therefore," "although," "in addition" ajudam a estabelecer relações de causa e efeito, contraste, adição, etc.
- **Reference words (pronomes e expressões referenciais):** pronomes como "he," "she," "it," "this," "that" mantêm a continuidade do texto, referindo-se a elementos mencionados anteriormente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Substitution and ellipsis (substituição e elipse)**: permitem evitar repetições desnecessárias, substituindo termos ou omitindo partes do texto que são facilmente inferíveis.
- **Lexical cohesion (coesão lexical)**: uso de sinônimos, antônimos e termos relacionados semanticamente para reforçar o tema e criar unidade no texto.

Por exemplo, em um texto sobre o meio ambiente, termos como "pollution," "contamination," "environmental damage," e "ecosystem degradation" criam coesão lexical ao abordar o mesmo campo semântico.

A coerência textual, por sua vez, está relacionada ao sentido global do texto. Um texto coerente apresenta ideias organizadas de forma lógica, com progressão temática clara e relações de causa, consequência e temporalidade bem definidas. A coerência depende não apenas da estrutura do texto, mas também do conhecimento prévio do leitor, que deve ser capaz de relacionar as informações apresentadas com seus próprios conhecimentos e experiências.

Por exemplo, ao ler um texto que começa com "Global warming has severe impacts on biodiversity" e continua explicando como o aumento da temperatura afeta espécies animais e vegetais, o leitor espera que o texto mantenha essa linha de raciocínio, apresentando exemplos, causas e possíveis soluções para o problema. Se o texto mudar abruptamente para um tema sem relação, a coerência será comprometida.

Entender as relações intratextuais é fundamental para interpretar textos em inglês de forma eficaz, pois permite identificar como as informações estão organizadas e como cada parte contribui para o todo.

Intertextualidade no processo de leitura

A intertextualidade refere-se à relação entre diferentes textos. Trata-se da capacidade de reconhecer como um texto faz referência a outros textos, obras, eventos históricos, contextos culturais ou até mesmo a discursos sociais amplos. Esse fenômeno é comum em textos literários, jornalísticos, publicitários e acadêmicos, e sua identificação enriquece a interpretação do texto.

Existem diferentes formas de intertextualidade:

- **Citação direta ou indireta (quotation or paraphrase)**: ocorre quando um texto menciona explicitamente outro, usando aspas ou reformulando uma ideia já conhecida.
- **Alusão (allusion)**: uma referência sutil a outro texto, evento ou figura histórica, que o leitor deve reconhecer para compreender completamente o significado. Por exemplo, a expressão "to be or not to be" remete imediatamente à obra de Shakespeare, mesmo fora do contexto da peça.
- **Paródia e pastiche**: quando um texto imita ou faz uma releitura de outro, seja para homenageá-lo, seja para criticar ou modificar seu sentido original.
- **Interdiscursividade**: quando um texto incorpora elementos de diferentes gêneros discursivos, como um artigo acadêmico que inclui trechos de entrevistas, notícias e gráficos.

A intertextualidade é uma estratégia poderosa para enriquecer o significado de um texto. Por exemplo, um anúncio publicitário pode usar uma referência bíblica ou literária para criar um impacto emocional no público, enquanto um artigo de opinião pode citar estudos acadêmicos para reforçar sua argumentação.

Para identificar relações intertextuais em textos em inglês, o leitor precisa estar atento a pistas linguísticas, como aspas, expressões idiomáticas conhecidas, nomes próprios e eventos históricos mencionados. Além disso, o background knowledge (conhecimento prévio) é fundamental para fazer essas conexões de forma eficiente.

O reconhecimento da intertextualidade amplia a compreensão do texto, pois permite ao leitor perceber camadas de significado que vão além da superfície, enriquecendo a interpretação e promovendo uma leitura mais crítica e reflexiva.

A compreensão e interpretação de textos em inglês envolvem uma combinação de habilidades linguísticas e cognitivas. O domínio do vocabulário e da estrutura da língua fornece a base para decodificar o texto, enquanto a identificação das relações intratextuais e intertextuais permite uma compreensão mais profunda e crítica do conteúdo.

Desenvolver essas competências é essencial para leitores que desejam não apenas entender textos em inglês, mas também analisá-los de forma reflexiva, reconhecendo as conexões entre diferentes ideias, contextos e discursos. Esse processo contribui para o aprimoramento da proficiência linguística e para a formação de leitores mais autônomos e críticos em qualquer área do conhecimento.

Ideias principais e secundárias, explícitas e implícitas

A habilidade de leitura transcende a mera capacidade de reconhecer palavras em uma página; ela envolve a habilidade de extrair significado, compreender nuances e discernir intenções subjacentes em textos escritos.

Este material didático visa equipar os estudantes com ferramentas críticas para identificar a ideia principal e informações específicas nos textos, além de analisar o caráter emocional, a atitude do autor e o efeito intencional que o texto pretende causar no leitor.

Identificação da Ideia Principal

A ideia principal de um texto é o coração da mensagem que o autor deseja comunicar. É o ponto central em torno do qual todas as outras informações giram. Reconhecer a ideia principal é fundamental para entender o propósito do texto e para uma leitura eficiente e eficaz.

Técnicas para Identificação da Ideia Principal

- **Análise do Título e Subtítulos:** Frequentemente, o título e os subtítulos fornecem uma visão preliminar do tema central ou da mensagem principal.
- **Leitura dos Primeiros e Últimos Parágrafos**: Estas seções do texto geralmente contêm uma síntese ou uma declaração explícita da ideia principal.
- **Busca por Palavras e Frases Recorrentes:** A repetição é uma técnica retórica usada para enfatizar um ponto central; identificar essas repetições pode revelar a mensagem principal.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITO, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO DO ESTADO; PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DOUTRINÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

- **Conceito de Estado**

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

- **Elementos constitutivos do Estado**

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

- **Finalidade do Estado**

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

- **Conceito de Governo**

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

O Governo exerce função política, ligada às grandes escolhas estatais, como definição de políticas econômicas, sociais, educacionais, sanitárias e administrativas. A Administração Pública, por sua vez, executa essas decisões de modo técnico, jurídico e contínuo, obedecendo à lei e aos princípios administrativos.

- **Governo e Administração Pública**

Direção política e execução administrativa

A distinção entre Governo e Administração Pública é essencial. O Governo decide os rumos políticos do Estado; a Administração executa, concretiza e operacionaliza essas decisões. Assim, políticas públicas podem nascer de escolhas governamentais, mas sua execução depende da estrutura administrativa.

Elemento	Característica principal
Estado	Estrutura jurídica e política permanente
Governo	Direção política temporária
Administração Pública	Execução técnica e administrativa das funções públicas

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

- **Formas de organização política**

Formas de governo, sistemas de governo e formas de Estado

As formas de governo indicam como ocorre a relação entre governantes e governados, destacando-se república e monarquia. Os sistemas de governo tratam da relação entre os Poderes Executivo e Legislativo, como presidencialismo e parlamentarismo. Já as formas de Estado indicam a organização territorial do poder, como Estado unitário e federação.

No Brasil, adota-se a forma republicana de governo, o sistema presidencialista e a forma federativa de Estado. Essa estrutura influencia diretamente a organização administrativa, pois distribui competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Administração Pública: sentidos, funções e organização

- **Sentidos da Administração Pública**

Sentido subjetivo e sentido objetivo

A Administração Pública pode ser compreendida em dois sentidos principais. Em sentido subjetivo, orgânico ou formal, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes responsáveis pelo exercício da função administrativa. Nesse caso, observa-se quem atua: ministérios, secretarias, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e servidores públicos.

Em sentido objetivo, material ou funcional, Administração Pública significa a própria atividade administrativa. Nesse enfoque, não se analisa quem executa, mas o que é executado: prestação de serviços públicos, exercício do poder de polícia, fomento, intervenção administrativa, fiscalização e gestão de bens e interesses públicos.

Sentido	Foco principal	Exemplo
Subjetivo	Quem exerce a função administrativa	Órgãos, entidades e agentes
Objetivo	Qual atividade é exercida	Serviço público, fiscalização e fomento

- **Função administrativa**

Execução concreta do interesse público

A função administrativa consiste na atividade concreta, direta e contínua desenvolvida pelo Estado para atender às necessidades coletivas. Ela se diferencia da função legislativa, que cria normas gerais, e da função jurisdicional, que resolve conflitos com definitividade. A Administração Pública atua executando a lei, prestando serviços, organizando estruturas, controlando atividades privadas e protegendo o patrimônio público.

- **Organização administrativa**

Administração direta e indireta

A Administração direta é formada pelos entes políticos: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Dentro deles existem órgãos públicos, sem personalidade jurídica própria, responsáveis pela execução de competências internas.

A Administração indireta é formada por entidades com personalidade jurídica própria, criadas ou autorizadas para desempenhar atividades específicas. Inclui autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essa divisão permite distribuir tarefas, especializar funções e tornar a atuação administrativa mais eficiente.

Princípios da Administração Pública

- **Importância dos princípios administrativos**

Base de validade da atuação estatal

Os princípios da Administração Pública orientam, limitam e controlam a atuação administrativa. Eles servem como critérios de interpretação das leis, fundamento de validade dos atos administrativos e parâmetro para verificar se a conduta do agente público respeita o interesse público. Mesmo quando a Administração possui certa margem de escolha, essa liberdade deve ser exercida conforme os princípios administrativos.

- **Princípios expressos**

Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

Os princípios expressos são aqueles previstos de forma direta no texto constitucional. Eles formam a base mínima obrigatória da atuação administrativa e devem ser observados por todos os Poderes, órgãos, entidades e agentes no exercício da função administrativa.

Princípio	Ideia central
Legalidade	A Administração só pode agir conforme o Direito
Impessoalidade	A atuação deve buscar finalidade pública, sem favorecimentos
Moralidade	O ato deve respeitar ética, probidade e boa-fé
Publicidade	Os atos devem ser transparentes, salvo sigilo legítimo
Eficiência	A atuação deve buscar qualidade, resultado e boa gestão

- **Princípios implícitos**

Controle, equilíbrio e proteção do interesse público

Além dos princípios expressos, existem princípios implícitos igualmente obrigatórios. A supremacia do interesse público justifica prerrogativas administrativas quando necessárias à coletividade. A indisponibilidade do interesse público impede que o gestor trate bens, direitos e poderes públicos como interesses

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL E DE REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: CONCEITO, CONTEXTO HISTÓRICO, CARACTERÍSTICAS, ESTRUTURA DO TEXTO

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada no contexto de redemocratização do Estado brasileiro, após um longo período de restrição das liberdades políticas e civis. Sua promulgação representou a reorganização das instituições, a ampliação dos direitos fundamentais e a reafirmação da soberania popular como fundamento do poder político.

O texto constitucional estabeleceu um Estado Democrático de Direito comprometido com a dignidade da pessoa humana, o pluralismo político, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. Também definiu objetivos voltados à construção de uma sociedade livre, justa e solidária, à redução das desigualdades e à promoção do bem de todos.

- **Características da Constituição**

Classificação e rigidez constitucional

A Constituição de 1988 é escrita, promulgada, formal, dogmática, analítica, dirigente e rígida. É promulgada porque resultou da atuação de representantes eleitos; analítica porque disciplina numerosos temas; dirigente porque estabelece programas e objetivos para o Estado; e rígida porque sua alteração exige procedimento mais complexo do que o utilizado para a elaboração das leis ordinárias.

A rigidez assegura a supremacia formal da Constituição. Sua supremacia material decorre da relevância de seus conteúdos, especialmente os relacionados aos direitos fundamentais, à organização do Estado e à limitação do poder.

- **Estrutura do texto constitucional**

Preâmbulo, parte permanente e disposições transitórias

A Constituição é composta pelo preâmbulo, pelo texto permanente e pelo Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O preâmbulo apresenta valores inspiradores da ordem constitucional. A parte permanente disciplina direitos, organização estatal, Poderes, tributação, economia e ordem social. As disposições transitórias regulam a passagem entre a ordem anterior e a nova Constituição, além de prever medidas específicas de adaptação institucional.

- **Força normativa e aplicabilidade**

Constituição como fundamento de validade

A Constituição ocupa o centro do sistema jurídico e condiciona a validade das demais normas. Suas disposições podem ter eficácia plena, contida ou limitada, conforme a possibilidade de aplicação imediata e a necessidade de regulamentação. Ainda assim, todas possuem força jurídica e orientam a atuação legislativa, administrativa e jurisdicional.

Emendas à Constituição

- **Poder constituinte derivado reformador**

Natureza e finalidade

As emendas constitucionais são instrumentos de alteração formal da Constituição. Decorrem do poder constituinte derivado reformador, que é juridicamente limitado, condicionado e subordinado à ordem estabelecida pelo poder constituinte originário. Sua função é permitir a atualização do texto constitucional sem romper a continuidade do sistema jurídico.

A reforma pode acrescentar, modificar ou revogar disposições constitucionais, mas não pode destruir a identidade fundamental da Constituição nem afastar os limites expressa ou implicitamente impostos ao poder de reforma.

- **Iniciativa e procedimento**

Deliberação parlamentar qualificada

A proposta de emenda pode ser apresentada por parcela constitucionalmente determinada dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas, mediante manifestação da maioria relativa de seus integrantes.

A proposta deve ser discutida e votada em dois turnos em cada Casa do Congresso Nacional. Sua aprovação exige, em todos os turnos, o voto favorável de três quintos dos respectivos membros. Não existe sanção nem veto presidencial. Concluída a aprovação, a emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

- **Limitações ao poder de reforma**

Preservação da ordem constitucional

As limitações circunstanciais impedem a alteração constitucional durante intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio. As limitações formais exigem respeito à iniciativa, ao quórum, aos turnos e à promulgação. As limitações materiais protegem as cláusulas pétreas.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Não pode ser objeto de deliberação proposta tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes ou os direitos e garantias individuais. A proteção não alcança apenas a eliminação expressa, mas também alterações que esvaziem substancialmente esses elementos.

- **Controle e transformação constitucional**

Emenda, revisão e mutação

As emendas podem ser submetidas ao controle de constitucionalidade quando violarem limitações ao poder de reforma. Diferem da revisão constitucional, que possui fundamento e procedimento excepcionais, e da mutação constitucional, que modifica o sentido interpretativo da norma sem alterar seu texto.

Bloco de constitucionalidade

- **Conceito e finalidade**

Conjunto de normas utilizadas como parâmetro constitucional

O bloco de constitucionalidade corresponde ao conjunto de normas e princípios que servem como parâmetro para verificar a validade dos atos inferiores. Seu conteúdo pode ultrapassar os dispositivos reunidos no texto permanente da Constituição, abrangendo elementos que, por sua natureza ou posição normativa, possuem força constitucional.

A noção de bloco permite compreender que a constitucionalidade não depende apenas da comparação literal entre uma lei e determinado artigo constitucional. O controle também considera princípios estruturantes, direitos fundamentais e normas formalmente incorporadas ao nível constitucional.

- **Sentidos restrito e ampliado**

Extensão do parâmetro de controle

Em sentido restrito, o bloco é formado pelas normas dotadas de hierarquia constitucional formal. Em sentido ampliado, pode abranger valores, princípios e direitos materialmente constitucionais que auxiliam na interpretação e na preservação da unidade da ordem jurídica.

No sistema brasileiro, os principais componentes podem ser sintetizados da seguinte forma:

Componente	Posição no bloco
Texto permanente da Constituição	Parâmetro constitucional direto
Disposições constitucionais transitórias	Normas constitucionais formalmente válidas
Emendas constitucionais	Integram a Constituição após sua promulgação
Princípios constitucionais expressos e implícitos	Orientam validade e interpretação
Tratados de direitos humanos aprovados pelo rito qualificado	Equivalem às emendas constitucionais

- **Cláusula de abertura material**

Direitos não expressamente enumerados

A Constituição admite que os direitos fundamentais não se esgotem naqueles expressamente previstos. Outros direitos podem decorrer do regime constitucional, de seus princípios e de tratados internacionais incorporados ao sistema.

Essa abertura impede compreensão excessivamente fechada da Constituição e permite reconhecer novas dimensões de proteção da pessoa. Contudo, nem toda norma internacional ou princípio jurídico integra automaticamente o bloco em sentido formal.

- **Importância no controle de constitucionalidade**

Unidade e ampliação da proteção constitucional

O bloco de constitucionalidade amplia e organiza os parâmetros utilizados no controle de validade das leis e dos atos estatais. Sua aplicação exige precisão, pois a ampliação indiscriminada do parâmetro pode gerar insegurança jurídica. O instituto deve preservar simultaneamente supremacia constitucional, coerência normativa e proteção efetiva dos direitos fundamentais.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E DADOS

MSOFFICE 365 (WORD, EXCEL, POWERPOINT E ONEDRIVE)

WORD

O Word 2016 é uma versão de edição de textos que apresenta novas ferramentas e recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática.

Possui interface gráfica baseada na Faixa de Opções (Ribbon), modelos de documentos e estilos de formatação predefinidos, permitindo aplicar padronização e recursos visuais ao documento.

Integra-se a serviços da web, como Facebook, Flickr, YouTube, OneDrive e Twitter, possibilitando compartilhamento e trabalho colaborativo.

- **Novidades no Word 2016**

Diga-me o que você deseja fazer

Localização de comandos

Facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente à ferramenta ou configurações que procura.

A caixa “Diga-me o que você deseja fazer” funciona como um campo de busca inteligente que permite localizar comandos e configurações por meio da digitação de palavras-chave.

Trabalhando em grupo, em tempo real

Compartilhamento simultâneo

Permite que vários usuários trabalhem no mesmo documento de forma simultânea.
O compartilhamento é realizado pelo botão Compartilhar, permitindo definir permissões (como
Pode editar”) e enviar convite por e-mail.

Ao armazenar um documento on-line no OneDrive ou no SharePoint e compartilhá-lo com colegas
que usam o Word 2016 ou Word On-line, vocês podem ver as alterações uns dos outros no documento durante a edição. Após salvar o documento on-line, clique em Compartilhar para gerar um link ou enviar um convite por e-mail. Quando seus colegas abrem o documento e concordam em compartilhar automaticamente as alterações, você vê o trabalho em tempo real.

Pesquisa inteligente

Integração com o Bing

Integra o Bing, serviço de buscas da Microsoft, ao Word 2016. Ao clicar com o botão do mouse sobre qualquer palavra do texto e no menu exibido, clique sobre a função Pesquisa Inteligente, um painel é exibido ao lado esquerdo da tela do programa e lista todas as entradas na internet relacionadas com a palavra digitada.

Equações à tinta

Reconhecimento de escrita manual

Se utilizar um dispositivo com tela sensível ao toque é possível desenhar equações matemáticas, utilizando o dedo ou uma caneta de toque, e o programa será capaz de reconhecer e incluir a fórmula ou equação ao documento.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

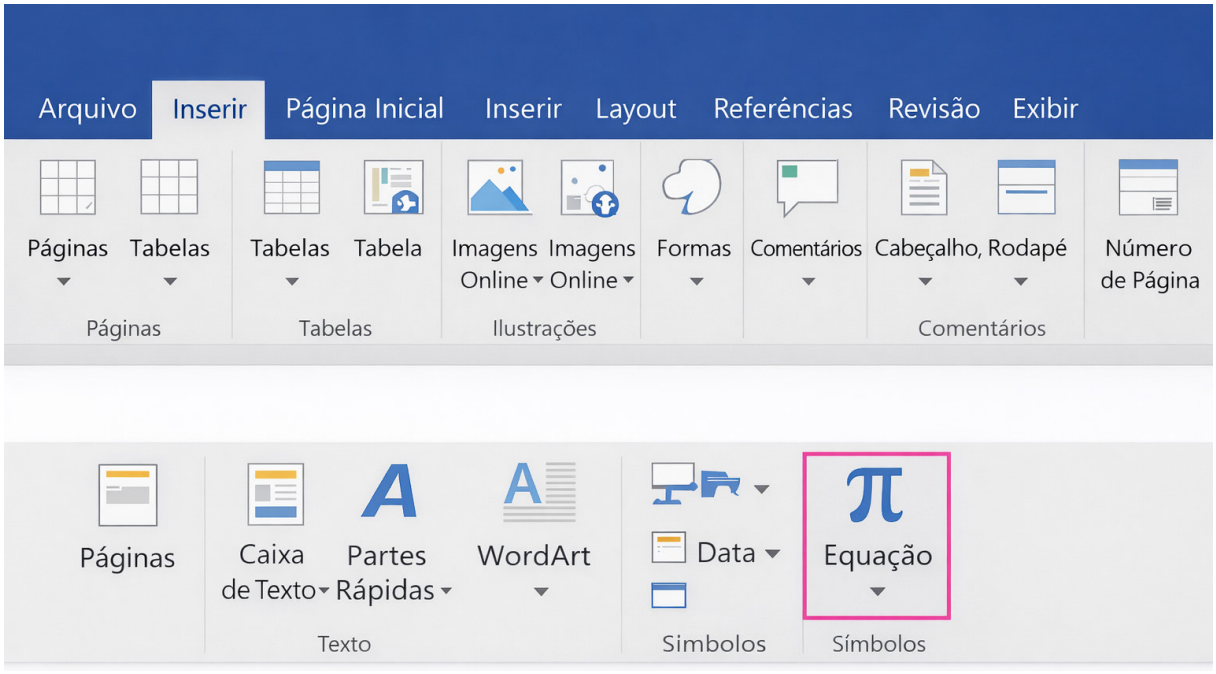


Figura 1 Equações à tinta

Histórico de versões melhorado

Acesso a versões anteriores

Vá até Arquivo > Histórico para conferir uma lista completa de alterações feitas a um documento e para acessar versões anteriores.

Compartilhamento mais simples

Envio direto pelo Word

Clique em Compartilhar para compartilhar seu documento com outras pessoas no SharePoint, no OneDrive ou no OneDrive for Business ou para enviar um PDF ou uma cópia como um anexo de e-mail diretamente do Word.

Formatação de formas mais rápida

Aplicação de estilos predefinidos

Quando você insere formas da Galeria de Formas, é possível escolher entre uma coleção de preenchimentos predefinidos e cores de tema para aplicar rapidamente o visual desejado.

Guia Layout

Alteração de nomenclatura

O nome da Guia Layout da Página na versão 2010/2013 do Microsoft Word mudou para apenas Layout[1].

1 CARVALHO, D. e COSTA, Renato. Livro Eletrônico

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

COMUNICAÇÃO SOCIAL

TEORIAS DA COMUNICAÇÃO. ESCOLAS, PARADIGMAS, CORRENTES, MODELOS, PRINCIPAIS PENSADORES. COMUNICAÇÃO E OPINIÃO PÚBLICA. MIDIATIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO. DESINFORMAÇÃO E INTEGRIDADE DA INFORMAÇÃO

Paradigmas e escolas fundadoras do pensamento comunicacional

O estudo sistemático da comunicação como fenômeno social autônomo consolidou-se a partir de diferentes matrizes teóricas, cada uma propondo um modo distinto de explicar como mensagens são produzidas, transmitidas e interpretadas em contextos de massa e de interação cotidiana. Compreender essas matrizes exige reconhecer que não existe uma única teoria da comunicação, mas um conjunto de paradigmas concorrentes, cada um construído a partir de pressupostos próprios sobre o papel dos meios, do receptor e do contexto social na produção de sentido.

- **O paradigma funcionalista e a tradição empírica**

Uma das primeiras correntes a tratar a comunicação de massa como objeto de investigação sistemática concentrou-se em medir efeitos observáveis das mensagens sobre o comportamento e as atitudes do público. Essa tradição, de orientação empírica e quantitativa, partiu da premissa de que os meios de comunicação cumprem funções sociais específicas, como informar, vigiar o ambiente, correlacionar partes da sociedade e transmitir heranças culturais entre gerações. O método predominante baseava-se em pesquisas de opinião, experimentos controlados e análises estatísticas de audiência, buscando correlações entre exposição midiática e mudança de atitude.

Da teoria dos efeitos limitados ao modelo de dois estágios

Dentro dessa tradição empírica, formulou-se progressivamente a constatação de que a influência direta dos meios sobre o público era mais limitada do que inicialmente suposto. Pesquisas de campo mostraram que as mensagens não atingem os indivíduos de modo uniforme e instantâneo, mas são mediadas por relações interpessoais e por líderes de opinião inseridos em redes sociais primárias, como família, grupos de trabalho e círculos de amizade. Essa descoberta deu origem ao modelo de fluxo em dois estágios, segundo o qual o conteúdo midiático chega primeiro a indivíduos mais atentos e informados, que depois o retransmitem, filtrado por sua própria interpretação, aos demais membros de seu grupo social. Esse modelo deslocou o foco da pesquisa comunicacional do estímulo isolado para a rede de relações em que a mensagem circula, abrindo caminho para abordagens posteriores centradas no contexto social da recepção.

- **O paradigma crítico e a leitura ideológica dos meios**

Em contraposição à ênfase empírica e funcional, desenvolveu-se um paradigma de orientação crítica, preocupado em desvendar as relações de poder e os interesses econômicos subjacentes à produção midiática. Essa corrente, associada a uma tradição de teoria social voltada à análise da indústria cultural, sustenta que os meios de comunicação de massa operam como instrumentos de reprodução ideológica, padronizando conteúdos culturais e neutralizando potenciais críticas ao sistema econômico vigente. Para essa perspectiva, a comunicação não deve ser estudada apenas em termos de eficácia técnica, mas como parte de um sistema mais amplo de dominação simbólica que naturaliza desigualdades sociais.

Estudos culturais e a ressignificação da recepção

Uma vertente posterior, nascida do diálogo crítico com a tradição anterior, deslocou o eixo da análise da produção midiática para a recepção ativa dos conteúdos pelo público. Essa abordagem, conhecida como estudos culturais, argumenta que receptores situados em diferentes posições sociais não decodificam mensagens de modo passivo nem uniforme, podendo aceitar, negociar ou rejeitar os sentidos preferenciais embutidos em um texto midiático conforme seu repertório cultural, sua classe social e suas identidades de pertencimento. Esse modelo de decodificação diferencial tornou-se fundamental para compreender fenômenos contemporâneos de recepção fragmentada, nos quais públicos distintos constroem leituras divergentes do mesmo conteúdo noticioso ou publicitário.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

A tabela apresentada abaixo sintetiza as diferenças centrais entre os três grandes paradigmas apresentados, destacando seu objeto privilegiado de análise, seu método predominante e sua concepção do papel do receptor.

Paradigma	Objeto privilegiado	Método predominante	Papel do receptor
Funcionalista	Efeitos e funções sociais dos meios	Pesquisa empírica quantitativa	Mediado por redes interpessoais
Crítico	Produção ideológica e indústria cultural	Análise teórico-social	Potencialmente alienado
Estudos culturais	Recepção e ressignificação de sentidos	Análise qualitativa da decodificação	Ativo e negociador de sentido

A leitura comparativa da tabela revela que a evolução do campo não representou a simples substituição de um paradigma por outro, mas um alargamento progressivo do objeto de estudo: do efeito mensurável sobre o comportamento, passou-se à crítica estrutural dos meios como instituição econômica e, posteriormente, à valorização da capacidade interpretativa do receptor como agente de sentido. Essa trajetória explica por que, ainda hoje, pesquisas comunicacionais contemporâneas frequentemente combinam ferramentas quantitativas de mensuração de audiência com análises qualitativas de recepção, reconhecendo que nenhum paradigma isolado dá conta da complexidade dos processos comunicacionais atuais.

- **Correntes semiológicas e estruturais**

Paralelamente aos paradigmas funcionalista e crítico, desenvolveu-se uma corrente de base linguística e semiológica, dedicada a investigar a comunicação como sistema de signos organizados segundo regras estruturais. Essa abordagem concebe toda mensagem midiática como um texto passível de decomposição em unidades significantes, cujos sentidos emergem não de propriedades isoladas, mas das relações de oposição e combinação entre esses elementos. A análise semiológica revelou-se particularmente produtiva no estudo da publicidade e do fotojornalismo, nos quais imagens aparentemente neutras carregam conotações culturais que reforçam valores sociais dominantes. Ao distinguir entre um nível denotativo, correspondente ao conteúdo literal de uma imagem ou de um enunciado, e um nível conotativo, formado pelos valores culturais associados a esse conteúdo, a análise semiológica permite explicar por que uma mesma peça publicitária pode comunicar, simultaneamente, uma informação objetiva sobre um produto e um conjunto de associações simbólicas relacionadas a status, pertencimento ou estilo de vida. Essa dupla camada de significação também se aplica à análise de discursos institucionais e políticos, nos quais escolhas lexicais aparentemente neutras podem carregar enquadramentos valorativos que orientam a interpretação do público sem que isso seja explicitado no enunciado manifesto.

Modelos comunicacionais e correntes de desenvolvimento do campo

Além dos paradigmas teóricos amplos, o campo da comunicação desenvolveu modelos específicos que buscam representar, de forma esquemática, os elementos e as etapas do processo comunicacional. Esses modelos cumprem função didática e analítica, permitindo identificar em que ponto de um processo comunicacional real podem ocorrer distorções, ruídos ou falhas de recepção.

- **Do modelo linear ao modelo circular**

O modelo mais elementar de representação da comunicação concebe o processo como uma sequência linear que parte de uma fonte emissora, passa por um canal de transmissão e chega a um receptor, podendo sofrer interferências de ruído ao longo do trajeto. Esse modelo, de inspiração técnica, mostrou-se útil para descrever sistemas de telecomunicação, mas revelou-se insuficiente para explicar a comunicação humana, na qual o receptor não permanece passivo, mas responde, reinterpreta e realimenta o processo comunicativo.

A introdução da retroalimentação e da circularidade

Reconhecendo essa limitação, modelos posteriores incorporaram o conceito de retroalimentação, segundo o qual o receptor também emite sinais de resposta que retornam à fonte original, transformando a comunicação em um processo circular e contínuo, e não em um evento unidirecional e finito. Essa reformulação aproximou os modelos comunicacionais da observação empírica de interações reais, nas quais emissor e receptor trocam de papel constantemente, ajustando suas mensagens conforme as reações percebidas no interlocutor. A circularidade tornou-se ainda mais evidente com a emergência de ambientes digitais interativos, nos quais a distinção entre quem produz e quem recebe conteúdo torna-se cada vez mais fluida, dando origem a formas híbridas de participação comunicativa.

- **Modelos de agendamento e de construção social da realidade**

Outra linha relevante de desenvolvimento teórico propôs que a função primordial dos meios de comunicação não seria necessariamente dizer às pessoas o que pensar, mas sobre o que pensar, selecionando e hierarquizando temas que se tornam prioritários na percepção pública. Esse modelo de agendamento temático demonstrou empiricamente que a saliência atribuída pela cobertura midiática a determinados assuntos tende a corresponder à importância que o público passa a atribuir a esses mesmos assuntos, mesmo quando a experiência direta dos indivíduos com o tema é limitada ou inexistente.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

JORNALISMO

JORNALISMO. HISTÓRIA E CONCEITOS DO JORNALISMO. TEORIAS DO JORNALISMO. GÊNEROS JORNALÍSTICOS: NOTÍCIA, REPORTAGEM, ENTREVISTA, EDITORIAL, CRÔNICA, COLUNA. CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE. PAUTA E PRODUÇÃO. APURAÇÃO, PESQUISA E CHECAGEM. TÉCNICAS DE ENTREVISTA. REPORTAGEM. REDAÇÃO JORNALÍSTICA: LIDE, SUBLIDE, PIRÂMIDE INVERTIDA, TÍTULO, REDAÇÃO PARA AMBIENTES DIGITAIS. USO DE FOTOS, ILUSTRAÇÕES E INFOGRAFIA NO JORNALISMO. EDIÇÃO TEXTUAL E REVISÃO

Formação histórica do jornalismo e fundamentos da atividade

A atividade jornalística organiza informações relevantes sobre acontecimentos, decisões e conflitos que afetam a vida coletiva. Seu trabalho envolve selecionar fatos, estabelecer relações entre evidências, ouvir pessoas envolvidas e apresentar resultados em linguagem compreensível. Não se confunde com a simples transmissão de mensagens: uma informação recebida de uma fonte ainda precisa ser situada, verificada e apresentada de maneira que o público compreenda seu alcance e suas limitações. Ao noticiar a abertura de uma ponte, por exemplo, o jornalismo não se restringe à cerimônia; examina condições de circulação, impacto no transporte, custos divulgados, eventuais restrições de uso e perspectivas dos moradores.

▸ Imprensa periódica e consolidação da informação pública

A circulação regular de notícias desenvolveu-se em conexão com transformações econômicas, políticas e técnicas. A expansão das atividades comerciais aumentou a procura por informações sobre preços, conflitos, rotas e autoridades. Com a imprensa tipográfica e a posterior organização de periódicos, textos passaram a alcançar leitores para além de círculos privados. A consolidação de redações, correspondentes, rotinas de edição e formatos reconhecíveis criou condições para diferenciar o trabalho jornalístico da comunicação ocasional.

A profissionalização introduziu funções especializadas, como reportagem, edição, fotografia, revisão e distribuição. A imprensa escrita conviveu com o rádio, que conferiu imediatismo à notícia falada, e com a televisão, que ampliou a centralidade do registro audiovisual. A internet reconfigurou o ritmo das publicações: uma reportagem pode receber atualização contínua e circular em página própria, buscadores, aplicativos e redes sociais. Cada meio possui condições de produção distintas, mas nenhum elimina a necessidade de apurar o que é publicado.

Transformações nas rotinas de circulação

As formas de circulação influenciam quais informações chegam a determinado público. Em um jornal diário impresso, o fechamento orienta a seleção do conteúdo que caberá na edição. Em uma emissora, o horário do boletim e a disponibilidade de transmissão determinam escolhas de apresentação. Em ambiente conectado, a atualização é frequente, mas a velocidade não autoriza afirmações sem base. Uma notícia inicialmente limitada pode ser ampliada com documentos e entrevistas posteriores, desde que alterações relevantes sejam indicadas de maneira transparente.

O contraste entre esses meios evidencia mudanças na relação com o tempo, com a audiência e com os recursos de expressão.

Meio de circulação	Rotina predominante	Possibilidade informativa
Periódico impresso	Fechamento de edição	Contextualização organizada em páginas
Rádio	Boletins e entradas imediatas	Cobertura com voz e sons do local
Televisão	Produção articulada a imagens	Demonstração visual de situações
Ambiente digital	Publicação e atualização contínuas	Integração de texto, dados e multimídia

Essas diferenças não constituem graus de qualidade. Uma fotografia impressa pode ser decisiva para explicar uma obra, enquanto uma breve intervenção radiofônica pode prestar serviço urgente. O rigor depende da correspondência entre a afirmação divulgada e as evidências disponíveis, independentemente do suporte utilizado.

▸ Jornalismo como produção social de conhecimento

A notícia é uma representação selecionada de parte da realidade, construída com procedimentos profissionais. A redação precisa decidir que fato merece divulgação, em que contexto ele se insere e quais perguntas permitem descrevê-lo de modo inteligível. Essas decisões não convertem automaticamente o relato em opinião, mas demonstram que a informação não surge pronta. A existência de critérios explícitos e de mecanismos de correção torna a produção mais responsável e sujeita ao escrutínio público.

Interesse público, evidência e interpretação

Interesse público diz respeito à relevância social de uma informação, não apenas à curiosidade despertada por ela. A alteração do horário de atendimento de um hospital pode ser importante mesmo sem produzir grande repercussão. Já informações íntimas sem relação com responsabilidades públicas podem gerar interesse imediato e, ainda assim, não justificar sua divulgação. A distinção exige avaliar consequências, necessidade informativa e impacto sobre os envolvidos.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

O repórter deve separar aquilo que constatou diretamente, aquilo que um documento registra e aquilo que uma fonte afirma. Se moradores dizem que a nova ponte diminuiu o tempo de deslocamento, a afirmação deve ser atribuída a eles até que existam dados confiáveis de comparação. Um mapa da região e relatos de usuários podem complementar a compreensão, mas não substituem medições inexistentes. A transparência sobre os limites do conhecimento protege o leitor de conclusões indevidas.

A credibilidade também depende de continuidade: corrigir nomes, contextualizar números posteriormente conhecidos e identificar dúvidas ainda abertas são práticas relacionadas à responsabilidade de informar. A confiança não decorre de uma linguagem solene, e sim da capacidade de demonstrar como se chegou às afirmações publicadas e de retificá-las quando necessário.

Teorias, gêneros e relevância noticiosa

As teorias do jornalismo descrevem mecanismos pelos quais acontecimentos se tornam notícias e adquirem destaque. Elas ajudam a distinguir as características de um fato das rotinas sociais e institucionais que moldam sua representação. Um problema no transporte coletivo pode gerar uma nota curta, uma investigação extensa ou uma coluna de análise; cada escolha produz uma forma particular de conhecimento público.

▸ Explicações sobre seleção e circulação das notícias

O conceito de gatekeeping caracteriza pontos de decisão nos quais conteúdos são selecionados ou descartados. A ideia permite observar o papel de repórteres, editores e também de sistemas digitais que influenciam a visibilidade de publicações. A hipótese de agenda-setting examina como a recorrência e o destaque de assuntos podem afetar quais temas são percebidos como importantes, sem significar que a mídia determina de forma mecânica o que cada pessoa pensa.

O enquadramento diz respeito aos aspectos ressaltados quando um acontecimento é narrado. A interrupção de uma linha de ônibus pode ser apresentada principalmente como falha operacional, questão de mobilidade, problema de acessibilidade ou conflito orçamentário. Esses focos não são equivalentes nem necessariamente incompatíveis; o trabalho criterioso procura reconhecer dimensões pertinentes e evitar uma leitura que exclua evidências decisivas.

Rotinas produtivas e critérios de noticiabilidade

As abordagens de newsmaking enfatizam que a notícia resulta de práticas institucionalizadas: horários de fechamento, acesso a fontes, disponibilidade de repórteres, padrões de texto e negociações editoriais. Critérios de noticiabilidade, por sua vez, auxiliam a avaliar a pertinência de uma ocorrência. Atualidade, proximidade, impacto, relevância social, conflito, novidade e magnitude são fatores frequentemente considerados, mas não representam uma fórmula universal. Uma consequência grave e pouco visível pode merecer cobertura mais cuidadosa que um episódio amplamente compartilhado.

▸ Formas de expressão no jornalismo

Os gêneros são maneiras de organizar informações segundo finalidades e expectativas de leitura. A notícia privilegia a apresentação concisa do acontecimento verificável. A reportagem aprofunda origens, efeitos e experiências relacionadas ao problema. A entrevista pode constituir texto autônomo em perguntas e respostas ou fornecer depoimentos para outros formatos. Editorial e coluna apresentam interpretações e posicionamentos, mas diferem na voz e na responsabilidade de enunciação.

A crônica recorre frequentemente à observação de situações cotidianas e a recursos narrativos. Seu vínculo com fatos e experiências não equivale ao compromisso de uma notícia com a exposição direta de dados apurados. Uma publicação precisa identificar adequadamente esses registros para que o público não confunda opinião institucional, comentário autoral e relato informativo.

Gênero	Finalidade predominante	Marca de apresentação
Notícia	Relatar acontecimento verificado	Informações centrais e contexto imediato
Reportagem	Examinar processos e consequências	Diversidade de evidências e aprofundamento
Entrevista	Explorar respostas de pessoa relevante	Perguntas, falas e contextualização
Editorial	Expor posição do veículo	Argumentação de caráter institucional
Crônica	Interpretar experiências do cotidiano	Construção narrativa e voz autoral
Coluna	Analisar assuntos recorrentes	Assinatura e perspectiva reconhecível

Uma investigação sobre atraso de ônibus pode originar notícia sobre uma mudança de itinerário e reportagem que examine o atendimento de bairros periféricos. O editorial eventualmente se pronuncia sobre prioridades urbanas, enquanto a coluna desenvolve interpretação assinada. A separação dos gêneros preserva a compreensão das diferentes obrigações de cada texto.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

PROCESSO LEGISLATIVO E REGIMENTO INTERNO

PROCEDIMENTO LEGISLATIVO. TIPOS DE PROCEDIMENTO, ORDINÁRIO, ABREVIADO, SUMÁRIO, SUMARÍSSIMO, ESPECIAL E CONCENTRADO. ETAPAS E NOÇÕES BÁSICAS. COMISSÕES, PARECERES, DELIBERAÇÃO, VOTAÇÃO, SANÇÃO E VETO

Procedimento Legislativo Ordinário e Modalidades Afins

Conceito e Função do Procedimento Legislativo

O procedimento legislativo corresponde à sucessão ordenada de atos e fases por meio dos quais uma proposição percorre as instâncias internas de uma casa parlamentar até alcançar sua conclusão, seja pela aprovação, pela rejeição ou pelo arquivamento. Trata-se de um conjunto de ritos disciplinados pelo regimento interno de cada câmara legislativa, cuja finalidade é assegurar que a formação das normas jurídicas observe etapas mínimas de discussão, exame técnico e deliberação coletiva, preservando ao mesmo tempo a legitimidade democrática do processo e a racionalidade na tramitação das matérias. A existência de procedimentos diferenciados decorre da constatação de que nem todas as proposições possuem a mesma complexidade ou urgência, de modo que o regimento estabelece ritos distintos, mais ou menos extensos, conforme a natureza da matéria e o grau de celeridade que a situação concreta reclama.

O Procedimento como Sucessão Ordenada de Atos

Cada procedimento legislativo pode ser compreendido como uma cadeia de atos processuais que se sucedem em ordem lógica e cronológica, iniciando-se com a apresentação da proposição, passando pelo exame nas comissões competentes, pela discussão e votação em plenário e, quando cabível, pela remessa à outra casa legislativa ou à sanção do chefe do Poder Executivo. Essa sucessão não é meramente formal, pois cada fase cumpre uma função específica no amadurecimento da proposta: a instrução técnica realizada nas comissões permite depurar a redação e identificar eventuais vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa, ao passo que a deliberação em plenário confere à decisão o batismo da vontade coletiva dos representantes eleitos. A supressão indevida de qualquer dessas fases pode comprometer a validade do ato normativo resultante, razão pela qual os regimentos internos cuidam de detalhar com precisão os prazos, os quóruns e as condições de admissibilidade em cada etapa.

O Procedimento Ordinário como Modelo-Regra

Entre as modalidades procedimentais, o procedimento ordinário configura o rito-padrão, aplicável a toda proposição que não se enquadre em alguma hipótese de tramitação diferenciada.

Nele, a proposição passa, em regra, pelo exame de uma ou mais comissões permanentes, nas quais se emitem pareceres sobre o mérito e sobre a compatibilidade da matéria com a Constituição e com a boa técnica legislativa, para somente depois ser submetida à discussão e votação do plenário. Esse itinerário mais extenso justifica-se pela necessidade de assegurar amplo debate e aprofundado exame técnico, sobretudo quando a proposição não apresenta urgência que justifique sua tramitação abreviada. O procedimento ordinário funciona, assim, como parâmetro de comparação para a compreensão dos demais ritos, que se diferenciam dele justamente pela supressão, concentração ou aceleração de determinadas fases.

Procedimentos Abreviado, Sumário e Sumaríssimo

Ao lado do rito ordinário, os regimentos internos preveem modalidades de tramitação mais céleres, destinadas a situações em que a demora do procedimento-padrão se mostraria incompatível com a natureza da matéria ou com prazos constitucionalmente fixados. Essas modalidades distinguem-se entre si pelo grau de compressão das fases regimentais, pela simplificação dos pareceres exigidos e pela possibilidade de supressão de etapas intermediárias, sempre sem prejuízo da garantia mínima de discussão coletiva.

Procedimento Abreviado

O procedimento abreviado caracteriza-se pela redução do número de comissões chamadas a se manifestar sobre a proposição ou pela diminuição dos prazos regimentais de tramitação, sem que se chegue à supressão integral da fase de instrução técnica. Em geral, aplica-se a matérias cuja relevância não dispensa o exame de mérito, mas cuja urgência recomenda que esse exame seja conduzido de forma mais concentrada, evitando a passagem sequencial por múltiplos colegiados. Essa modalidade preserva, portanto, a lógica de instrução prévia à deliberação plenária, mas comprime o tempo dedicado a cada etapa.

Procedimento Sumário

O procedimento sumário vincula-se a situações em que a Constituição ou o próprio regimento fixam prazo certo para a apreciação da matéria, sob pena de consequências processuais relevantes, como o sobrestamento de outras deliberações na pauta da casa legislativa até que a votação se conclua. Esse rito busca conciliar a urgência imposta pelo prazo com a manutenção de um mínimo de instrução, de modo que as comissões continuam a se manifestar, ainda que sob calendário rigidamente delimitado. O quadro comparativo abaixo sintetiza as principais características dos procedimentos ordinário, abreviado, sumário e sumaríssimo, permitindo visualizar as diferenças quanto à extensão das fases e ao grau de urgência que cada um pressupõe.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Procedimento	Instrução nas comissões	Grau de urgência	Traço distintivo
Ordinário	Completa, em todas as comissões competentes	Ausente	Rito-padrão, sem compressão de fases
Abreviado	Reduzida em número de comissões ou prazos	Moderado	Concentração parcial da instrução técnica
Sumário	Mantida, porém sob prazo rígido	Elevado, com prazo fixado	Risco de sobrestamento da pauta
Sumaríssimo	Dispensada ou mínima	Máximo	Deliberação direta em plenário

A comparação revela uma gradação contínua entre os ritos, de sorte que a urgência cresce na mesma proporção em que diminui a extensão da fase instrutória nas comissões, até o limite representado pelo procedimento sumaríssimo.

Procedimento Sumaríssimo

O procedimento sumaríssimo representa o grau máximo de aceleração procedimental, sendo reservado a situações de urgência excepcional, reconhecidas mediante requerimento específico aprovado pelo próprio plenário. Nessa modalidade, a matéria pode ser deliberada diretamente pelo plenário, com dispensa das formalidades regimentais ordinárias, inclusive quanto à prévia distribuição às comissões de mérito, substituindo-se o parecer escrito pela manifestação oral de relator designado na própria sessão. Trata-se de instrumento excepcional, cuja utilização reiterada e desvirtuada pode comprometer a qualidade técnica da legislação produzida, razão pela qual sua aplicação costuma ser condicionada a requisitos formais rigorosos, como a demonstração inequívoca da urgência e a aprovação por quórum qualificado do requerimento correspondente.

Procedimento Especial e Procedimento Concentrado

- **Procedimento Especial**

O procedimento especial constitui categoria residual e ao mesmo tempo específica, reunindo ritos próprios estabelecidos pelo regimento interno para determinadas matérias que, por sua natureza peculiar, não se amoldam adequadamente ao esquema do procedimento ordinário nem às modalidades aceleradas de tramitação. Esse rito aplica-se a proposições que demandam etapas processuais próprias, incompatíveis com a sequência padronizada de distribuição às comissões permanentes seguida de deliberação plenária única.

Hipóteses de Incidência

Enquadram-se no procedimento especial, tipicamente, as propostas de emenda à Constituição, os projetos de código, as proposições relativas à criação de comissões parlamentares de inquérito, os processos de perda de mandato parlamentar, os pedidos de licença e afastamento de parlamentares, bem como outras matérias para as quais o regimento estabeleça rito próprio e destacado do procedimento comum. A característica unificadora dessas hipóteses é a existência de peculiaridades que tornam inadequada a aplicação do rito ordinário, seja pela exigência de quóruns diferenciados, seja pela necessidade de fases adicionais de publicidade e exame, seja ainda pela relevância institucional da matéria, que recomenda tratamento procedimental singularizado.

Peculiaridades de Tramitação

As peculiaridades do procedimento especial manifestam-se de diferentes formas, conforme a matéria tratada. Nas propostas de emenda constitucional, por exemplo, exige-se deliberação em dois turnos de votação em cada casa legislativa, com quórum de aprovação qualificado, circunstância que não se verifica no procedimento ordinário de leis infraconstitucionais. Já nos projetos de código, costuma-se adotar comissão especial, composta por parlamentares designados especificamente para o exame da proposição, em substituição às comissões permanentes, dada a amplitude temática que um código normalmente apresenta. Em todos esses casos, o traço comum é a substituição, parcial ou integral, do itinerário regimental padrão por um conjunto de regras específicas, desenhadas para atender às exigências particulares da matéria.

- **Procedimento Concentrado**

O procedimento concentrado designa a modalidade em que determinadas fases do processo legislativo, normalmente distribuídas entre órgãos técnicos distintos, são reunidas em um único momento processual, suprimindo-se etapas intermediárias que, no rito ordinário, se sucederiam de forma segmentada. Essa concentração pode ocorrer tanto na dimensão temporal, pela reunião de atos que ordinariamente se praticariam em sessões distintas, quanto na dimensão orgânica, pela atribuição a um único colegiado de competências que, de outro modo, seriam repartidas entre diferentes comissões.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

CIÊNCIA POLÍTICA

CIÊNCIA POLÍTICA

A Ciência Política é uma das áreas das ciências sociais, cuja função é estudar as estruturas políticas de grupos humanos buscando compreender a organização que sirva de sustentáculo ao poder.

Desta forma, a ciência política busca demonstrar os conceitos de Estado, Governo e formas de organização humana, bem como proceder ao estudo de outras instituições referentes à ordem política. São exemplos destas instituições: as instituições de ordem religiosa e organizações não governamentais - ONGs.

Nesse sentido, com o fito de organizar a sociedade, a ciência política busca fornecer um fundamento teórico-científico para conceder amparo à ação prática tanto de governos, quanto de organizações políticas.

Na Grécia Antiga, os gregos conceituavam como "práxis", a necessidade de pensar e refletir acerca de uma ação antes de a colocar em prática. Assim, a principal tarefa da ciência política é fornecer uma base teórica à práxis política.

Ressalta-se que antes da existência da Grécia Antiga, houve sociedades que desenvolveram sistemas políticos complexos com fundamento em maneiras de estabelecimento e organização do poder, como a China e o Egito, por exemplo. Entretanto, os primeiros povos que começaram a tentar estabelecer sistemas intelectuais referentes ao modo como a prática política deveria ser organizada, foram os gregos.

NOTA: Os gregos foram os primeiros povos a pensar sobre a práxis política.

Nesse diapasão, infere-se que os primeiros filósofos a indagar acerca de como deveria ser a organização política garantidora da melhor forma de intervenção prática no mundo, foram: Sócrates, Platão e Aristóteles.

Todavia, no tempo dos filósofos clássicos, a ciência da organização política ainda não era cogitada, porém, é possível encontrar nesses filósofos, a importância histórica daqueles que anteriormente indagavam sobre a forma como a política deveria se organizar.

Já entre o período do Renascimento e da modernidade, destaca-se a existência de filósofos que contribuíram de maneira importante para a constituição da ciência política, que foi estabelecida como uma ciência metódica e bem articulada apenas no século XIX.

Ressalta-se que Nicolau Maquiavel, que escreveu um dos mais importantes tratados políticos da modernidade sob a denominação de "O Príncipe", foi um dos filósofos que mais se destacou durante o período do Renascimento e da modernidade, tendo em vista que nesta obra, esse teórico político florentino buscou estabelecer as bases para um governante se manter em um governo de modo estável.

Dando continuidade à história do pensamento político, nos séculos XVI e XVII, os filósofos Jean Bodin e Thomas Hobbes, se empenharam à defesa do absolutismo como forma de governo.

Contudo, nesta linhagem, o filósofo que conseguiu implantar uma nova forma de pensamento político na modernidade, denominada de "o liberalismo político", foi o inglês John Locke, que se tratava de um defensor nato do sistema de governo parlamentar sob a forma de um sistema político não acatador de abusos de um governo centralizado, buscando desta forma, a permissão do direito natural à vida, à liberdade e, destacadamente, **à propriedade privada.**

Infere-se que antes do balizamento da ciência política como ciência autônoma, houve também, o auxílio dos filósofos iluministas do século XVIII para pensar nos limites e atribuições da política no mundo moderno, destacando-se dentre eles, os franceses.

De modo geral, os iluministas defendiam o fim do Antigo Regime, pois, este concentrava todo o poder político nas mãos do governante dando a ele o poder de forma irrestrita. Além disso, os iluministas defendiam também, as formas de organização políticas garantidoras da conservação de direitos à sociedade.

São exemplos clássicos de filósofos iluministas, Voltaire, que defendia a laicidade do Estado, a liberdade religiosa e a liberdade de expressão, bem como Charles de Montesquieu, grande defensor do Estado republicano com os poderes divididos em:

a) Legislativo;

b) Executivo; e

c) Judiciário.

Salienta-se que a forma de Estado republicano continua sendo adotada por diversas repúblicas e sua aplicação limita o poder e impede a concentração dele nas mãos de apenas uma pessoa, tornando desta maneira, restrita, a prática de abusos.

No século XIX ocorreu o mais importante marco que consolidou a ciência política como um campo autônomo do conhecimento. Desse modo, diante do surgimento da sociologia oriunda das ideias do filósofo Auguste Comte e dos sociólogos e filósofos Émile Durkheim (francês), bem como de Karl Marx (alemão), nasceu a necessidade de se pensar nas concepções políticas de modo geral, fato que ocasionou a fundamentação de um novo campo das ciências sociais pelo historiador americano Herbert Baxter Adams, que se tornou responsável por estudar as formações políticas, recebendo contribuições para tal estudo, bem como contribuindo para o desenvolvimento de outras ciências sociais.

Amostra grátis do material. Para adquirir a apostila com desconto, clique aqui.

Os conceitos básicos da ciência política são os seguintes:

a) A ideia de cidadania: Trata-se da permissão da participação política na formação da sociedade, bem como do reconhecimento do papel do cidadão como participante da formação política da cidade;

b) A ideia de cidade: Se refere à instituição política agrupadora dos seres humanos em uma estrutura jurídica, geográfica e social.

c) A ideia de Estado: Trata-se da tentativa de delimitação das noções de poder difundidas de modo amplo na sociedade; e

d) A ideia de direito: se refere à noção que implica a participação de todos os cidadãos, tendo em vista que são possuidores do direito a uma parte daquilo que é oferecido pela sociedade.

OBS. importantes:

- Herbert Baxter Adams é considerado o fundador da Ciência Política contemporânea.
- **Montesquieu é o autor da teoria da tripartição dos poderes em:** Legislativo, Judiciário e Executivo.
- Trata-se o voto, de uma ação cidadã nas sociedades republicanas democráticas contemporâneas.
- O primeiro curso superior em ciência política no Brasil, surgiu no ano de 1930, na Universidade de São Paulo - USP.

Por fim, infere-se que para a compreensão eficaz dos mecanismos de poder na sociedade e principalmente nas sociedades pós-capitalistas, é essencial que se proceda à prática do estudo da ciência política.

Ademais, contemporaneamente, é necessário que os políticos tenham conhecimento da ciência política, levando em conta que estas autoridades devem possuir conhecimento a respeito da ciência política.

TEORIA POLÍTICA

Breve Histórico

De antemão, salienta-se que a teoria política destaca-se na sociedade pelo fato de envolver a filosofia política, que se trata de uma área de estudo da filosofia que questiona, problematiza e busca compreender as variadas questões políticas que percorrem o convívio social.

Desta forma, é possível diferenciar a filosofia política da ciência política da seguinte maneira:

FILOSOFIA POLÍTICA	CIÊNCIA POLÍTICA
Área de estudo da filosofia preocupada com as diversas questões políticas que surgem do convívio social e da organização desse convívio em meio a uma agrupação humana.	Usa método específico para organizar os seus estudos e pressupostos, pois a sua pretensão pende para a formação de conhecimento científico. OBS. Importante: A filosofia política é um instrumento para a ciência política.

Ressalta-se que no decorrer da história, em consonância com cada época, diversos pensadores, como Aristóteles, Platão, Maquiavel, bem como os contratualistas e iluministas e demais filósofos contemporâneos, desenvolveram várias teorias que deram fundamento e movimento à teoria e à filosofia política.

Nesse sentido, a filosofia clássica se trata de um vasto movimento intelectual que atua nas bases conceituais do pensamento, sendo denominada pelo filósofo francês contemporâneo Gilles Deleuze, como uma arte de criação de conceitos que busca o entendimento, a movimentação, bem como a contínua criação de novos conceitos questionando e problematizando o que é oriundo do senso comum, da opinião, da tradição e também da religião em si.

No condizente à teoria e filosofia política, os filósofos sempre buscaram estabelecer críticas e sedimentar novas ideias que movimentem o campo intelectual de modo a pensar e questionar a seara da organização política.

Assim, ao se diferenciar da ciência política, a filosofia política, por não possuir pretensão metódica e científica, deu abertura para que diversos pensadores criassem diferentes teorias acerca da organização política. Todavia, sempre questionaram sobre o conhecimento anterior, vindo a estabelecer novos conceitos a respeito dos problemas políticos.

Desse modo os filósofos sendo considerados como teóricos da política, passaram a se dedicar e compreender questões referentes a elementos políticos, tais como:

a) Governo;

b) Estado;

c) Noções de direito público e privado;

d) As diferentes formas de governo; e

e) Noções éticas e econômicas relacionadas à política.

▸ Estado

Para Platão e Aristóteles, o Estado é um conjunto de mecanismos que compõem a máquina pública e que delimita o que pertence à coletividade, diferenciando-se daquilo pertencente à seara privada.

Desta maneira, o Estado é delimitado pelo que faz parte do âmbito público, sendo assim, reconhecido como legítimo a partir de um mecanismo que une pessoas, e que enquanto máquina pública, se torna algo fixo. Contudo, quando passa por mudanças, deverão estas estar em concordância com o bem do povo, devendo ainda ser graduais acompanhando as demandas da sociedade.